

Coluna do Castello

Governo organiza sua maioria no Senado

A orientação com a qual está trabalhando o ministro da Justiça na coordenação do Congresso é formar no Senado e na Câmara blocos de apoio ao governo, excluída pelo menos nesta primeira fase a idéia de tentar formar um novo partido político. Os partidos existentes resistem à sua fusão em outra organização e, embora aceitem se coligar, rejeitam ainda sua compactação numa nova legenda. Além disso há em partidos de definição oposicionista, como o PMDB, parlamentares que se inclinam a acompanhar o governo sem deixar o partido pelo qual se elegeram.

O bloco parlamentar é reconhecido pelo regimento do Senado mas não pelo da Câmara e essa é uma das razões que aconselha o ministro Jarbas Passarinho a começar seu trabalho pela casa a que pertence e com a qual tem mais intimidade. Formar desde logo um bloco de senadores comprometidos a respaldar a política do presidente Collor daria tranqüilidade quanto ao comportamento do Congresso nos 45 dias em que opera ainda na atual legislatura, quando a matéria a ser votada, basicamente medidas provisórias e vetos, desfruta de prioridade regimental. Como câmara revisora, o Senado daria nesse particular plena segurança ao governo na área legislativa.

Dedica-se, portanto, Passarinho a consolidar o bloco de senadores até o final da legislatura, deixando a Câmara dos Deputados para exame posterior. Mas desde já o ministro da Justiça movimentou-se para longo prazo, isto é, para a legislatura que se inicia a 15 de fevereiro e que terá a duração de quatro anos. Nesse segundo tempo tratar-se-á também da formação e consolidação do bloco de maioria para apoiar o governo, pois Passarinho parte da constatação de que dispõe Collor da solidariedade da maioria do Senado, apenas parcialmente reconstituída na última eleição. Quanto à Câmara o ministro ficará na expectativa de entendimentos futuros e de uma possível reforma regimental, que poderia ser feita a partir de um projeto do deputado Nelson Jobim, engavetado pela atual Mesa.

Fixada a decisão pelo bloco, a decorrência inevitável será, pelo menos no Senado, onde o problema se apresenta, a disputa da presidência da Mesa, deixando de lado a tradição de dá-la



ao partido que isoladamente tenha eleito a maior bancada. Nesse caso o PFL deverá disputar a presidência do Senado e há indicações de que o senador Marco Maciel, reeleito em

Pernambuco, pretende candidatar-se ao posto. O governo aparentemente não tem objeções a essa postulação. O ministro pensa mais, agora, em termos de liderança e, como a presidência poderia caber a Pernambuco, é provável que se pense na Bahia para a liderança, tanto mais quanto foi ali eleito senador o professor Josafá Marinho, experiente jurista e antigo senador.

Josafá poderá receber objeções de outros partidos que integrariam o bloco e que gostariam de ter presença no comando parlamentar. Mas se Marinho for a opção do governo, sua indicação poderá se tornar inevitável, tanto mais quanto a bancada da Bahia aliada a Collor passou a ter uma grande presença no Congresso. Embora a liderança de Josafá Marinho deva decorrer dos seus méritos pessoais, o fato de estar integrado no sistema do governador eleito Antônio Carlos Magalhães consolida seu favoritismo para o posto. O atual líder, senador Nei Maranhão, deverá ser mantido pelos 45 dias restantes mas dificilmente emplacaria para a nova legislatura.

Quanto à Câmara o novo coordenador do governo, ministro Jarbas Passarinho, espera ter ainda uma visão melhor e mais efetiva da sua composição e das reivindicações das diversas bancadas para definir uma diretriz de coordenação. O problema aparentemente é mais complexo com a diversidade de representações partidárias na composição geral da Câmara. Os partidos que formam o núcleo inicial do bloco governista são o PFL, o PDS e o PRN, mas aos três deverão se somar, além de pequenas representações partidárias, o PTB, o PDC e dissidências mais ostensivas do PMDB. A escolha do comando do Senado poderá refletir-se no encaminhamento de solução conciliatória para a Câmara, não só em função dos pleitos regionais como também do peso dos partidos que integrarão a coligação.

Deve-se levar em conta que essa é uma tarefa prioritária do ministro da Justiça. Prioritária mas não exclusiva, pois ontem mesmo o senador Jarbas Passarinho presidia a primeira reunião do pacto social, com a presença, entre outros, do seu objeto Jair Meneguelli.